



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Gabinete Civil da Governadoria

DECRETO Nº 5.923, DE 25 DE MARÇO DE 2004.

- [Revogado pelo Decreto nº 6.946, de 7-7-2009](#), art. 2º.

~~Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras — AGETOP e dá outras providências.~~

~~O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e tendo em vista o que consta no Processo nº 23224312,~~

DECRETA:

~~Art. 1º Fica aprovado o anexo Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras — AGETOP.~~

~~Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se, expressamente, o Decreto nº 5.201, de 30 de março de 2000, com alterações posteriores.~~

~~PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, aos 25 dias do mês de março de 2004, 116ª da República.~~

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR

Ivan Soares de Gouvêa

José Carlos Siqueira

Carlos Maranhão Gomes de Sá

(D.O. de 30-03-2004)

~~REGULAMENTO DA AGÊNCIA GOIANA DE TRANSPORTES E OBRAS — AGETOP~~

~~TÍTULO I~~

~~DA CARACTERIZAÇÃO E DOS OBJETIVOS~~

~~Art. 1º A Agência Goiana de Transportes e Obras, criada pela Lei nº 13.550, de 11 de novembro de 1999, com modificações posteriores, jurisdicionada à Secretaria de Infra-Estrutura nos termos do inciso III do art. 30 da referida Lei, é entidade autárquica estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público interno, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.~~

~~Art. 2º À Agência Goiana de Transportes e Obras — AGETOP, compete:~~

~~I — executar as políticas e diretrizes emanadas da Secretaria de Infra-Estrutura;~~

~~II — realizar estudos técnicos e econômicos relativos às obras de engenharia rodoviária e civil de interesse do Estado;~~

~~III — realizar a construção, reconstrução, reforma, ampliação, pavimentação, conservação, manutenção e restauração das rodovias, pontes e obras correlatas, elaborar os projetos e coordenar as atividades relacionadas com essas ações;~~

~~IV — realizar a construção, reconstrução, reforma, ampliação, pavimentação, conservação, manutenção e restauração das obras públicas civis, elaborar os respectivos projetos, coordenar a direção das atividades relacionadas com tais ações e celebrar os atos de comércio delas decorrentes;~~

~~V — realizar a construção e a recuperação de postos de pesagem e de prédios públicos;~~

~~VI — administrar as rodovias sob a sua jurisdição ou responsabilidade, cuidando de sua guarda, sinalização e de seu policiamento;~~

~~VII — executar a cobrança de pedágio, taxas de utilização e de contribuição de melhoria, sempre que a lei lhe facultar ou~~

obrigar;

~~VIII—realizar a permissão, a administração e a concessão do uso de faixa de domínio por terceiros;~~

~~IX—promover a execução de serviços e obras de infra-estrutura, a realização de estudos, projetos, construções, reconstruções, obras de arte e pavimentação de vias municipais, em áreas urbanas e rurais, através de convênios firmados com as prefeituras;~~

~~X—promover a implantação e a execução dos serviços e das obras de conservação, recuperação, melhorias e encaaselhamento de estradas vicinais municipais, através de convênios firmados com as prefeituras;~~

~~XI—promover a exploração e a administração de navegação interior de travessia;~~

~~XII—executar serviços e obras para atendimento aos programas de incentivo à implantação de indústrias no Estado;~~

~~XIII—desenvolver e executar programas ambientais rodoviários;~~

~~XIV—projetar e executar as obras rodoviárias, civis e os serviços de engenharia ou semelhantes, diretamente ou através de terceiros, desde que não atribuídas a outrem.~~

~~XV—cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de sua circunscrição;~~

- Acrescido pelo Decreto nº 6.461, de 23-05-2006.

~~XVI—implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;~~

- Acrescido pelo Decreto nº 6.461, de 23-05-2006.

~~XVII—executar a fiscalização de trânsito, autuar, aplicar as penalidades de advertência, por escrito, e, ainda, as multas e medidas administrativas cabíveis, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar.~~

- Acrescido pelo Decreto nº 6.461, de 23-05-2006.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA E COMPLEMENTAR

~~Art. 3º As unidades administrativas que constituem a estrutura básica e complementar da Agência Goiana de Transportes e Obras—AGETOP, são as seguintes:~~

~~I—Conselho de Gestão;~~

~~II—Diretoria Executiva;~~

~~III—Presidência:~~

~~a)—Gerência da Assessoria Jurídica;~~

~~b)—Gerência da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social;~~

~~c)—Gerência da Assessoria de Desenvolvimento Organizacional e de Qualidade;~~

~~d)—Gerência da Assessoria de Informática;~~

~~e)—Gerência da Assessoria de Estudos Ambientais;~~

~~f)—Gerência da Assessoria Técnica;~~

~~g)—Gerência da Secretaria Geral;~~

~~h)—Gerência da Unidade do Programa do BIRD;~~

~~i)—Gerência da Assessoria Parlamentar;~~

~~j)—Gerência da Auditoria Interna;~~

~~k)—Gerência do Grupo Executivo de Licitação;~~

~~l)—Gerência do Fundo de Transportes;~~

~~m)—Gerência da Comissão de Desapropriação e Reassentamento;~~

~~n)—Gerência da Comissão de Defesa Prévia;~~

~~IV—Chefia de Gabinete;~~

~~V—Gerência Executiva do Programa Asfalto Novo;~~

~~VI—Gerência Executiva do Programa de Gerenciamento da Malha Rodoviária Estadual;~~

~~VII—Diretoria Administrativa:~~

~~a)—Gerência Administrativa;~~

~~b)—Gerência de Recursos Humanos;~~

~~e) — Gerência de Materiais;~~

~~VIII — Diretoria Financeira:~~

~~a) — Gerência Financeira;~~

~~b) — Gerência Orçamentária;~~

~~c) — Gerência de Contabilidade;~~

~~IX — Diretoria de Planejamento e Projetos:~~

~~a) — Gerência de Planejamento;~~

~~b) — Gerência de Estudos;~~

~~c) — Gerência de Padrões, Preços e Informações;~~

~~d) — Gerência de Projetos e Supervisão de Obras de Engenharia;~~

~~e) — Gerência da Rede Física;~~

~~X — Diretoria de Obras Rodoviárias:~~

~~a) — Gerência de Medição e Monitoramento Rodoviário;~~

~~b) — Gerência de Implantação, Pavimentação, Reabilitação e Reconstrução Rodoviária;~~

~~c) — Gerência de Obras de Arte Especiais;~~

~~d) — Gerência de Aeroportos;~~

~~e) — Gerência de Asfalto Urbano;~~

~~XI — Diretoria de Obras Cíveis:~~

~~a) — Gerência de Medição e Monitoramento dos Prédios Públicos;~~

~~b) — Gerência de Obras de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia;~~

~~c) — Gerência de Obras de Saúde, Segurança Pública, Esportes e Lazer;~~

~~XII — Diretoria de Operação e Manutenção:~~

~~a) — Gerência de Obras Emergenciais;~~

~~b) — Gerência de Equipamentos Rodoviários;~~

~~c) — Gerência de Conservação Rodoviária;~~

~~d) — Gerência de Segurança Rodoviária;~~

TÍTULO III

DO CAMPO FUNCIONAL DAS UNIDADES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA

CAPÍTULO I

DO CONSELHO DE GESTÃO

Seção I

Da Finalidade

Art. 4º O Conselho de Gestão, integrante da Agência Goiana de Transportes e Obras — AGETOP, por força do art. 8º da Lei nº 13.550, de 11 de novembro de 1999, e definido pelo Decreto nº 5.142, de 11 de novembro de 1999, tem por finalidade:

~~I — fixar a orientação geral dos seus trabalhos e negócios em consonância com os planos de ação do Governo do Estado;~~

~~II — aprovar as propostas de planos, programas, projetos e orçamentos a serem encaminhados ao Governo do Estado;~~

~~III — supervisionar a execução de planos, programas e projetos;~~

~~IV — manifestar-se sobre os relatórios e as contas da Diretoria Executiva;~~

~~V — aprovar o regimento interno e outras normas de funcionamento do Conselho de Gestão;~~

~~VI — aprovar propostas de contratação de empréstimos e outras operações que resultem em endividamento;~~

~~VII — aprovar propostas de aquisição ou alienação de bens imóveis;~~

~~VIII—fiscalizar os atos de gestão da Diretoria Executiva e de seus membros, podendo solicitar, a qualquer tempo, informações e subsídios que julgar necessários;~~

~~IX—apresentar ao Governador do Estado, no mês de fevereiro de cada ano, relatório anual sobre os trabalhos e negócios da Agência realizados no exercício anterior.~~

Seção II

Da Organização do Colegiado

Subseção I

Da Composição

~~Art. 5º O Conselho de Gestão será integrado por 05 (cinco) membros, sendo:~~

~~I—o Secretário de Infra-Estrutura, que o presidirá;~~

~~II—o Presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras, que será o seu Vice-Presidente;~~

~~III—01 (um) representante do Governo do Estado;~~

~~IV—02 (dois) representantes de entidades da sociedade civil, cujos objetivos estejam diretamente relacionados com os da Agência.~~

~~Art. 6º Os representantes mencionados nos incisos III e IV do art. 5º deste Regulamento e respectivos suplentes serão indicados pelo Presidente da AGETOP ao titular da Secretaria jurisdicionante e designados pelo Chefe do Poder Executivo.~~

~~Parágrafo único. Os suplentes do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Gestão serão por eles indicados.~~

Subseção II

Do Funcionamento

~~Art. 7º O Conselho de Gestão funcionará na sede da AGETOP e reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.~~

~~§1º Para a realização das reuniões será exigido o quorum mínimo de metade mais um de seus membros.~~

~~§2º Os Conselheiros suplentes, quando não substituindo os titulares, somente poderão participar das reuniões com direito a voz.~~

~~Art. 8º As deliberações do Conselho de Gestão, observado o quorum mínimo, serão tomadas pela maioria dos membros presentes.~~

~~§1º As deliberações serão expressas através de resoluções assinadas pelo seu Presidente.~~

~~§2º O Presidente terá direito a voto, incluído o de desempate.~~

~~§3º As resoluções a serem publicadas no Diário Oficial serão definidas pelo Conselho.~~

Seção III

Das Atribuições dos Membros do Colegiado

Subseção I

Do Presidente do Conselho de Gestão

~~Art. 9º São atribuições do Presidente do Conselho de Gestão:~~

~~I—convocar e presidir as reuniões;~~

~~II—expedir resoluções, atos e portarias decorrentes das suas decisões;~~

~~III—cumprir, fazer cumprir e fiscalizar a execução de suas decisões;~~

~~IV—dirigir, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades do Conselho;~~

~~V—representar o Conselho nos atos que se fizerem necessários perante os órgãos e entidades dos poderes municipal, estadual e federal e/ou particulares;~~

~~VI—propor a pauta de reuniões;~~

~~VII—proferir, além do voto nominal, o de desempate nas deliberações, quando necessário;~~

~~VIII—assinar as resoluções;~~

- ~~IX—resolver as questões de ordem que forem levantadas nas reuniões plenárias;~~
- ~~X—designar membros para comporem comissões;~~
- ~~XI—abrir, rubricar e encerrar os livros do Conselho;~~
- ~~XII—expedir, ad-referendum do Conselho, normas complementares relativas ao seu funcionamento e à ordem dos trabalhos;~~
- ~~XIII—coordenar e orientar a elaboração do relatório anual de atividades da Agência;~~
- ~~XIV—expedir os atos administrativos que se fizerem necessários;~~
- ~~XV—praticar os demais atos indispensáveis ao cumprimento das finalidades do Conselho.~~

Subseção II

Do Vice-Presidente do Conselho de Gestão

~~Art. 10. Compete ao Vice-Presidente do Conselho de Gestão:~~

- ~~I—representar o Presidente do Conselho em suas ausências ou impedimentos, com as mesmas prerrogativas a ele conferidas;~~
- ~~II—assessorar o Presidente em todas as suas atividades e exercer as funções inerentes à Presidência, na hipótese de delegação de atribuição;~~
- ~~III—coordenar os serviços administrativos do Conselho de Gestão;~~
- ~~IV—requisitar ou solicitar dos órgãos públicos certidões, atestados, informações, cópias de documentos e de expedientes ou processos administrativos de interesse da AGETOP;~~
- ~~V—praticar os demais atos indispensáveis ao cumprimento das finalidades do Conselho.~~

Subseção III

Dos Conselheiros

~~Art. 11. São atribuições dos Conselheiros do Conselho de Gestão:~~

- ~~I—apreciar e deliberar sobre os assuntos constantes da pauta das reuniões;~~
- ~~II—comparecer às reuniões, justificando suas faltas e impedimentos;~~
- ~~III—relatar processos que lhes forem distribuídos, proferindo, a seguir, o voto;~~
- ~~IV—apreciar e requerer vista de processos que não estejam suficientemente esclarecidos, solicitando as diligências necessárias;~~
- ~~V—requerer, justificadamente, que constem da pauta assuntos que devam ser objeto de discussão e deliberação;~~
- ~~VI—requerer ao plenário a solicitação de pareceres externos;~~
- ~~VII—participar das sessões e votar as matérias em deliberação, salvo impedimento;~~
- ~~VIII—relatar matérias que lhes forem destinadas dentro do prazo de 15 (quinze) dias ou outro designado, se o assunto assim o exigir, proferindo o seu voto na sessão imediata ao vencimento do prazo;~~
- ~~IX—propor ou requerer esclarecimentos que lhes forem úteis à melhor apreciação das matérias a serem deliberadas.~~

Seção IV

Disposições Gerais

~~Art. 12. O Conselho de Gestão deverá estar em funcionamento no prazo máximo de até 60(sessenta) dias, contados da publicação deste Regulamento.~~

~~Art. 13. O exercício da função de membro do Conselho de Gestão não será remunerado, sendo considerado como serviço relevante prestado ao Estado de Goiás.~~

~~Art. 14. Os assuntos tratados e as decisões tomadas nas reuniões do Conselho ficarão registrados em atas, cuja aprovação se fará na reunião seguinte.~~

~~Art. 15. O Conselho de Gestão, observada a legislação vigente, estabelecerá normas complementares relativas ao seu funcionamento e à ordem dos trabalhos.~~

CAPÍTULO II

DA DIRETORIA EXECUTIVA

~~Art. 16. Compete à Diretoria Executiva, composta pela Presidência e suas Diretorias Setoriais, o exercício dos poderes legais inerentes à administração da AGETOP, em consonância com as diretrizes emanadas do seu Conselho de Gestão.~~

CAPÍTULO III

DA CHEFIA DE GABINETE

Art. 17. Compete à Chefia de Gabinete:

- I—assistir o Presidente no desempenho de suas atribuições e compromissos oficiais;
- II—coordenar a agenda do Presidente da AGETOP;
- III—promover e articular os contatos sociais e políticos do Presidente;
- IV—atender as pessoas que procuram o Gabinete do Presidente, orientá-las e prestar-lhes as informações necessárias, encaminhando-as, quando for o caso, ao titular;
- V—desempenhar outras atividades correlatas.

CAPÍTULO IV

DA GERÊNCIA EXECUTIVA DO PROGRAMA ASFALTO NOVO

Art. 18. Compete à Gerência Executiva do Programa Asfalto Novo:

- I—gerenciar o asfaltamento urbano oferecido à população mais carente dos municípios através do Programa Asfalto Novo;
- II—desempenhar outras atividades correlatas.

CAPÍTULO V

DA GERÊNCIA EXECUTIVA DO PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DA MALHA RODOVIÁRIA ESTADUAL

Art. 19. Compete à Gerência Executiva do Programa de Gerenciamento da Malha Rodoviária Estadual:

- I—gerenciar a Malha Rodoviária Estadual;
- II—desempenhar outras atividades correlatas.

CAPÍTULO VI

DAS DIRETORIAS SETORIAIS

Seção I

Da Diretoria Administrativa

Art. 20. Compete à Diretoria Administrativa:

- I—coordenar, através das unidades integrantes da área, as atividades relacionadas com recursos humanos, materiais, transportes, serviços administrativos e auxiliares, zeladoria e segurança;
- II—promover a análise de relatórios envolvendo programas e planos de trabalho relativos à área;
- III—promover a administração do edifício/sede;
- IV—desempenhar outras atividades correlatas.

Seção II

Da Diretoria Financeira

Art. 21. Compete à Diretoria Financeira:

- I—coordenar, através de suas unidades, as atividades relacionadas à análise de relatórios que envolvam programas e planos de trabalhos da área;
- II—elaborar e coordenar a programação financeira da Agência;
- III—coordenar a execução do orçamento e da programação financeira da AGETOP;
- IV—dirigir e supervisionar a contabilidade analítica do orçamento, do patrimônio e de programas específicos de financiamento;
- V—promover a elaboração de cronograma de desembolso e fluxo de caixa, no detalhamento e pagamento solicitado;
- VI—dirigir, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas aos serviços de execução orçamentária;
- VII—desempenhar outras atividades correlatas.

Seção III

Da Diretoria de Planejamento e Projetos

Art. 22. Compete à Diretoria de Planejamento e Projetos:

- ~~I—coordenar, através de suas unidades, as atividades relacionadas à análise de relatórios que envolvam os programas e planos de trabalho da área;~~
- ~~II—coordenar o planejamento e o controle do Sistema Rodoviário Estadual, das obras civis e obras dos aeródromos;~~
- ~~III—coordenar o planejamento estratégico da AGETOP;~~
- ~~IV—elaborar e atualizar as Tabelas de Preços Unitários dos serviços e obras;~~
- ~~V—elaborar o orçamento de investimento e custeio;~~
- ~~VI—controlar e acompanhar o Sistema Geral de Medição da AGETOP;~~
- ~~VII—manter estreita integração com a Secretaria de Infra-Estrutura e demais órgãos governamentais, nos assuntos relacionados às atividades de planejamento do setor rodoviário;~~
- ~~VIII—promover estudos de viabilidade técnico-econômica;~~
- ~~IX—proceder à análise e avaliação econômico-financeira da AGETOP;~~
- ~~X—desenvolver estudos técnicos e econômicos para o estabelecimento de prioridades de investimentos;~~
- ~~XI—elaborar, implantar e coordenar as informações gerenciais e de planejamento da AGETOP em conjunto com as demais unidades administrativas;~~
- ~~XII—coordenar e supervisionar as informações e os dados sistematizados das Diretorias Setoriais, para a emissão de relatórios à Presidência;~~
- ~~XIII—desenvolver, através das unidades que lhes são subordinadas e por via de execução direta ou por terceiros, as atividades de estudos, projetos de engenharia e a supervisão de obras com controle tecnológico para obras rodoviárias e civis;~~
- ~~XIV—desenvolver as funções de planejamento, estatística, pesquisa, informação e orçamento;~~
- ~~XV—promover a integração funcional na Agência e desta com a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento—SEPLAN, através da Superintendência de Planejamento e Controle;~~
- ~~XVI—coordenar a elaboração de programas integrantes do Plano Plurianual PPA da AGETOP;~~
- ~~XVII—coordenar a elaboração da proposta orçamentária da Agência;~~
- ~~XVIII—promover e garantir a atualização permanente do Sistema de Informações Gerenciais Controladoria com os dados referentes aos programas do Plano Plurianual PPA, visando ao acompanhamento, à monitorização e à avaliação das ações governamentais;~~
- ~~XIX—promover e disponibilizar dados estatísticos e informações para subsidiar no planejamento, a elaboração de estudos e pesquisa, em estreita articulação com a SEPLAN;~~
- ~~XX—promover a coleta de informações técnicas definidas pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento;~~
- ~~XXI—manter estreita articulação com a SEPLAN através da Superintendência de Planejamento e Controle;~~
- ~~XXII—desempenhar outras atividades correlatas.~~

Seção IV

Da Diretoria de Obras Rodoviárias

Art. 23. Compete à Diretoria de Obras Rodoviárias:

- ~~I—coordenar, através de suas unidades administrativas, as atividades relacionadas com a análise de relatórios que envolvam programas e planos de trabalho da área;~~
- ~~II—implantar, pavimentar, construir e reconstruir obras rodoviárias;~~
- ~~III—construir obras de arte especiais;~~
- ~~IV—construir postos de pesagem, pedágio e de fiscalização;~~
- ~~V—elaborar a medição e/ou custeio de serviços executados;~~
- ~~VI—supervisionar o controle físico/financeiro das obras;~~
- ~~VII—gerenciar os contratos sob a responsabilidade dessa Diretoria;~~
- ~~VIII—desempenhar outras atividades correlatas.~~

Seção V

Da Diretoria de Obras Civis

Art. 24. Compete à Diretoria de Obras-Civis:

- I—coordenar, através de suas unidades administrativas, as atividades relacionadas com a análise de relatórios que envolvam os programas e planos de trabalho da área;
- II—construir, reformar, ampliar e restaurar obras-civis;
- III—gerenciar os contratos sob a responsabilidade dessa Diretoria;
- IV—desempenhar outras atividades correlatas.

Seção VI

Da Diretoria de Operação e Manutenção

Art. 25. Compete à Diretoria de Operação e Manutenção:

- I—coordenar, através de suas unidades administrativas, as atividades relacionadas com a análise de relatórios que envolvam programas e planos de trabalho da área;
- II—coordenar a utilização da frota e a manutenção dos equipamentos da AGETOP;
- III—orientar e fiscalizar a execução de conservação de rodovias;
- IV—controlar e fiscalizar os serviços de engenharia de trânsito e sinalização;
- V—efetuar as medições da conservação rodoviária, obras de arte e serviços realizados pela AGETOP ou por empresas contratadas;
- VI—dirigir as atividades das Patrulhas de Obras;
- VII—apoiar os municípios na formação dos Consórcios Intermunicipais de Obras—CIMOS;
- VIII—gerenciar os contratos sob a responsabilidade dessa Diretoria;
- IX—implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;
- [Redação dada pelo Decreto nº 6.461, de 23-05-2006.](#)
- IX—desempenhar outras atividades correlatas.
- X—desempenhar outras atividades correlatas.
- [Acrescido pelo Decreto nº 6.461, de 23-05-2006.](#)

TÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS PRINCIPAIS DIRIGENTES

CAPÍTULO I

DOS MEMBROS DA DIRETORIA-EXECUTIVA

Art. 26. São atribuições dos integrantes da Diretoria-Executiva:

- I—dirigir a execução de programas e projetos da AGETOP;
- II—promover reuniões com os responsáveis por unidade, nos níveis de gerência, para coordenação das atividades das Diretorias;
- III—traduzir em relatórios de atividades o resultado da análise da eficiência operacional e sua avaliação;
- IV—administrar os recursos disponíveis racionalmente, combatendo toda e qualquer forma de desperdício;
- V—fornecer subsídios para decisões relativas a planos, programas e projetos de interesse da AGETOP;
- VI—oferecer sugestões voltadas à melhoria da eficiência e eficácia das atividades e serviços do setor público relativas às funções desenvolvidas pela Agência;
- VII—identificar a necessidade de ações que envolvam diferentes entidades ou exijam tratamento especial de coordenação;

CAPÍTULO II

DO PRESIDENTE

Art. 27. São atribuições do Presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras—AGETOP:

- I—representar a Agência, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, nas relações com terceiros, podendo, para tais fins, constituir procuradores, designar e autorizar prepostos;
- II—coordenar e dirigir todos os setores da Agência, através dos Diretores responsáveis;
- III—relacionar-se com as autoridades federais, estaduais e municipais, relativamente aos assuntos e interesses da AGETOP;

- IV—promover a administração geral da Agência em estrita observância das disposições legais;
- V—exercer a liderança política e institucional da AGETOP;
- VI—assessorar o Governador em assuntos de competência da Agência;
- VII—fazer indicações ao Governador para provimento de cargos em comissão e prover encargos gratificados no âmbito da AGETOP;
- VIII—assinar Contratos, Convênios, Acordos, Termos de Ajustes e outros em que a Agência seja parte;
- IX—assinar Portarias e outros instrumentos de caráter normativo disciplinar;
- X—avocar para si a responsabilidade de solução de problemas relativos à qualquer Diretoria Setorial;
- XI—assinar, conjuntamente com qualquer um dos Diretores ou com o Gerente da Assessoria Jurídica, os documentos de responsabilidade da Agência;
- XII—apreciar, em grau de recurso, quaisquer decisões no âmbito das Diretorias da AGETOP;
- XIII—emitir parecer final, de caráter conclusivo, sobre assuntos submetidos à sua apreciação;
- XIV—executar a programação da Agência aprovada pelo seu Conselho de Gestão;
- XV—expedir resoluções da Diretoria Executiva sobre a organização interna da Agência, não envolvida por atos normativos superiores, e sobre a aplicação de leis, decretos e outras disposições de interesse da AGETOP;
- XVI—estabelecer as parcerias de interesse da AGETOP, no sentido de promover a captação de recursos técnicos, financeiros e materiais;
- XVII—orientar e determinar a realização de auditorias internas;
- XVIII—delegar atribuições do seu cargo e/ou sobre assuntos que não se enquadrem nos campos funcionais específicos das Diretorias Setoriais;
- XIX—decidir sobre o mapeamento dos processos de trabalho de organização, sistemas e procedimentos vigentes no âmbito da Agência, adotando medidas novas e/ou corretivas para a melhoria da qualidade do funcionamento da AGETOP;
- XX—decidir sobre os processos licitatórios, na forma da lei;
- XXI—assinar convênios de co-participação financeira com a União, Estados e Municípios goianos, para empreendimentos de obras rodoviárias estaduais e planos rodoviários e obras civis dos municípios ou por eles patrocinados, em consonância com as orientações gerais do Conselho de Gestão;
- XXII—cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de sua circunscrição;
- [Redação dada pelo Decreto nº 6.461, de 23-05-2006.](#)
- XXII—desempenhar outras atividades compatíveis com a sua posição e as determinadas pelo Governador.
- XXIII—aplicar autuação, advertência, multas e demais medidas administrativas cabíveis, no tocante à fiscalização de trânsito das rodovias estaduais, notificando os infratores e realizando a respectiva arrecadação, por meio das Diretorias da AGETOP;
- [Acrescido pelo Decreto nº 6.461, de 23-05-2006.](#)
- XIV—desempenhar outras atividades compatíveis com a sua posição e as determinadas pelo Governador.
- [Acrescido pelo Decreto nº 6.461, de 23-05-2006.](#)

CAPÍTULO III

DO CHEFE DE GABINETE

Art. 28. São atribuições do Chefe de Gabinete:

- I—responsabilizar-se pela qualidade e eficiência das atividades de atendimento direto ao Presidente;
- II—responsabilizar-se pelas atividades de relações públicas e assistir o Presidente em suas representações política e social;
- III—submeter à consideração do Presidente os assuntos que excedam a sua competência;
- IV—desempenhar outras atividades compatíveis com a sua posição e as determinadas pelo Presidente.

CAPÍTULO IV

DO GERENTE EXECUTIVO DO PROGRAMA ASFALTO NOVO

Art. 29. São atribuições do Gerente Executivo do Programa Asfalto Novo:

- I—responsabilizar-se pela qualidade e eficiência das atividades de gerenciamento do asfalto urbano oferecido à população mais carente dos municípios, através do programa Asfalto Novo;
- II—desempenhar outras atividades compatíveis com a sua posição e as determinadas pelo Presidente.

CAPÍTULO V

DO GERENTE EXECUTIVO DO PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DA MALHA RODOVIÁRIA ESTADUAL

Art. 30. São atribuições do Gerente Executivo do Programa de Gerenciamento da Malha Rodoviária Estadual:

- I—responsabilizar-se pela qualidade e eficiência das atividades de gerenciamento da Malha Rodoviária Estadual;
- II—desempenhar outras atividades compatíveis com a sua posição e as determinadas pelo Presidente.

CAPÍTULO VI

DOS DIRETORES SETORIAIS

Seção I

Do Diretor Administrativo

Art. 31. São atribuições do Diretor Administrativo:

- I—executar, de acordo com as diretrizes da AGETOP, as atividades de administração de pessoal e de relações trabalhistas, zelando pelo cumprimento das normas legais, regulamentares e administrativas aplicáveis aos servidores;
- II—supervisionar e coordenar os programas de promoção social, assistência médica, odontológica, engenharia de segurança, medicina do trabalho e creche;
- III—orientar e supervisionar o recrutamento e a seleção de pessoal;
- IV—desenvolver programas de desenvolvimento de recursos humanos;
- V—controlar o efetivo das unidades administrativas;
- VI—orientar, coordenar e controlar a administração de pessoal, por meio do manual interno de normas disciplinares e funcionais da AGETOP;
- VII—desenvolver programas de treinamento de pessoal da Agência;
- VIII—programar, organizar, orientar e coordenar as atividades administrativas;
- IX—supervisionar as atividades de apoio administrativas, como as de comunicação, protocolo, arquivo geral, conservação do edifício, segurança e movimentação de pessoas e veículos;
- X—supervisionar a execução da política adotada pela AGETOP em relação às atividades de administração de material, como a aquisição e o armazenamento, o planejamento e a execução das atividades de suprimento de material e equipamentos para a Agência;
- XI—analisar a viabilidade de reparos em materiais e equipamentos, providenciando sua recuperação quando conveniente;
- XII—praticar atos administrativos relacionados com o sistema de administração em articulação com os respectivos responsáveis;
- XIII—supervisionar o controle dos registros de estoques de material, para que sejam mantidos os níveis adequados às necessidades programadas;
- XIV—opinar, com exclusividade, nos processos submetidos à sua apreciação;
- XV—submeter à consideração do Presidente os assuntos que excedam a sua competência;
- XVI—delegar atribuições do seu cargo com aquiescência expressa e prévia do Presidente;
- XVII—desempenhar outras atividades compatíveis com a sua posição e as determinadas pelo Presidente.

Seção II

Do Diretor Financeiro

Art. 32. São atribuições do Diretor Financeiro:

- I—supervisionar as atividades de contabilidade e a elaboração das demonstrações contábeis e financeiras;
- II—supervisionar o cumprimento das políticas, diretrizes e práticas econômicas, financeiras, contábeis, orçamentárias e patrimoniais da Agetop;
- III—analisar e vistar os documentos relacionados com movimentação de numerário;
- IV—aprovar, no limite de suas atribuições, despesas e dispêndios da AGETOP;
- V—opinar, com exclusividade, nos processos submetidos à sua apreciação;
- VI—supervisionar as atividades referentes a pagamentos, recebimentos, controle de movimentação e disponibilidade financeira;

~~VII—assinar, em conjunto com o ordenador de despesas, os documentos de execução orçamentária e financeira e outros correlatos;~~

~~VIII—coordenar a movimentação dos fundos e adiantamentos;~~

~~IX—submeter à consideração do Presidente os assuntos que excedam a sua competência;~~

~~X—promover a cobrança e o controle dos processos de prestação de contas de adiantamento e acompanhar a aplicação das verbas oriundas de contratos e convênios, de acordo com a legislação vigente;~~

~~XI—acompanhar a execução da contabilização orçamentária, financeira e patrimonial da AGETOP;~~

~~XII—supervisionar a elaboração de relatórios mensais sobre a posição de contas a pagar por cliente, por tipo de serviços e programas especiais;~~

~~XIII—delegar atribuições do seu cargo com aquiescência expressa e prévia do Presidente;~~

~~XIV—desempenhar outras atividades compatíveis com a sua posição e as determinadas pelo Presidente.~~

Seção III

Do Diretor de Planejamento e Projetos

Art. 33. São atribuições do Diretor de Planejamento e Projetos:

~~I—desenvolver as atividades de planejamento no âmbito da AGETOP, de forma integrada com a Secretaria de Infra-estrutura e demais órgãos governamentais;~~

~~II—realizar estudos e pesquisas de engenharia, de sensoriamento remoto, de geologia e geotécnica, geodésia e topografia, de hidrografia e hidrologia e de tráfego;~~

~~III—coordenar o planejamento do Sistema Rodoviário Estadual, compreendendo:~~

~~a) a realização de estudos preliminares necessários para a elaboração de planos e programas de investimentos a curto, médio e longo prazos, incluindo a viabilidade técnico-econômica, prioridades, justificativas, fontes de recursos e a capacidade de endividamento;~~

~~b) a realização de cadastramento preliminar de rodovias, de obras de arte especiais e estudos sócioeconômicos de suas áreas de influência;~~

~~c) os levantamentos, as coletas, as interpretações e a divulgação de dados estatísticos de interesse para a área;~~

~~d) a revisão e atualização do Sistema Rodoviário Estadual;~~

~~IV—coordenar o planejamento das obras civis, compreendendo:~~

~~a) a realização de estudos preliminares necessários para a elaboração de planos e programas de investimentos a curto, médio e longo prazos, incluindo a viabilidade técnico-econômica, as prioridades, justificativas, fontes de recursos, a capacidade de endividamento e a legalidade do terreno;~~

~~b) organizar e manter atualizado um cadastro técnico de prédios públicos e seus equipamentos;~~

~~c) pesquisar, desenvolver e controlar tecnologias de construções, visando à obtenção de soluções funcionais e econômicas no desempenho de suas atividades;~~

~~V—coordenar o planejamento estratégico, compreendendo a elaboração de planos de atividades e de metas anual e plurianual das Diretorias Setoriais e da Agência, em consonância com o Sistema Estadual de Edificações;~~

~~VI—elaborar, coordenar e controlar o orçamento de investimento e custeio;~~

~~VII—realizar o acompanhamento e controle físico/financeiro e orçamentário das obras em execução;~~

~~VIII—orientar a elaboração de projetos de engenharia para as obras de arte, os prédios públicos, aeroportos, para a pavimentação urbana e de estradas, além de outros relacionados às atividades da AGETOP;~~

~~IX—planejar e avaliar os custos das obras relacionadas com projeto, construção, reparos, ampliação, conservação e manutenção de prédios públicos e de seus equipamentos, cuja atividade fim esteja compreendida no âmbito dos serviços de engenharia ou assemelhados;~~

~~X—supervisionar a apuração de custos das obras executadas pela AGETOP;~~

~~XI—projetar e supervisionar todas as obras do Estado, diretamente ou através de terceiros contratados;~~

~~XII—elaborar normas e especificações de caráter técnico;~~

~~XIII—despachar diretamente com o Presidente;~~

~~XIV—submeter à consideração do presidente os assuntos que excedam a sua competência;~~

~~XV—zelar pelo cumprimento da legislação de reforma e de organização administrativa, no tocante à estruturação dos órgãos e entidades;~~

XVI—avaliar a coleta de informações técnicas definidas pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento;

XVII—participar da elaboração do Programa de Capacitação da Agência de forma que os técnicos possam desenvolver com competência o exercício das funções de planejamento, orçamento, estatística, pesquisa e informação e modernização de gestão;

XVIII—desempenhar outras atividades compatíveis com a sua posição e as determinadas pelo Presidente.

Seção IV

Do Diretor de Obras Rodoviárias

Art. 34. São atribuições do Diretor de Obras Rodoviárias:

I—gerenciar e fiscalizar a implantação e pavimentação de estradas, obras de arte e aeroportos, a construção e pavimentação de vias urbanas, acessos e outras obras de engenharia na área rodoviária;

II—executar a medição e/ou custeio dos serviços efetuados por sua Diretoria;

III—gerenciar e fiscalizar os serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte correntes e complementares;

IV—atender, mediante convênio, as solicitações de serviços, obras e/ou a manutenção de âmbito municipal;

V—desempenhar outras atividades compatíveis com a sua posição e as determinadas pelo Presidente.

Seção V

Do Diretor de Obras Cíveis

Art. 35. São atribuições do Diretor de Obras Cíveis:

I—organizar, promover e dirigir as atividades relacionadas com construção, reparos, ampliação, conservação e manutenção de prédios públicos e de seus equipamentos, que estejam compreendidas no âmbito dos serviços de engenharia ou semelhantes;

II—realizar obras de manutenção e recuperação de prédios públicos, tanto na perspectiva de aproveitamento administrativo ou de preservação da memória cultural, quanto na busca de maior oferta de serviços de natureza social prestados à população;

III—executar a medição e/ou custeio de serviços efetuados por sua Diretoria, incluindo os aditivos aos contratos e os cálculos de reajustamento;

IV—promover o desenvolvimento urbanístico e paisagístico das obras públicas;

V—orientar as atividades para a obtenção de maior funcionalidade, segurança e durabilidade das edificações;

VI—atender, mediante convênio, às solicitações de serviços, obras e/ou manutenção de âmbito municipal;

VII—desempenhar outras atividades compatíveis com a sua posição e as determinadas pelo Presidente.

Seção VI

Do Diretor de Operação e Manutenção

Art. 36. São atribuições do Diretor de Operação e Manutenção:

I—gerenciar e fiscalizar a conservação e a restauração, direta e indireta, de estradas pavimentadas e não pavimentadas, obras de arte especiais, correntes e complementares;

II—apoiar a formação dos CIMOS—Consórcios Intermunicipais de Obras junto aos municípios goianos;

III—gerenciar e fiscalizar a execução do plano anual de conservação de rodovias;

IV—supervisionar a operação da usina de asfalto;

V—coordenar os serviços de sinalização rodoviária, compreendendo a fabricação, pintura e montagem de placas, a sua recomposição vertical e horizontal e a instalação de quebra-molas;

VI—executar os serviços de engenharia de trânsito, compreendendo a pesagem de veículos e a liberação para tráfego dos veículos com cargas perigosas e/ou excessivas;

VII—gerenciar o programa de controle de velocidade nas estradas estaduais, coordenando as campanhas e atividades de prevenção de acidentes, as operações de trânsito na malha rodoviária com os registros e estatísticas sobre os acidentes ocorridos, a supervisão e orientação no cumprimento das normas de segurança rodoviária, do tráfego de veículos especiais e da prestação de serviços de auxílio aos usuários nas estradas;

VIII—administrar a faixa de domínio, compreendendo:

a) a elaboração das políticas e normas de uso da faixa de domínio;

b) a vistoria para liberação de postos de serviços e acessos;

c) a orientação e supervisão da instalação das redes de água, energia elétrica e telefonia nas rodovias estaduais;

~~d) a orientação e execução dos serviços de paisagismo nas rodovias estaduais, tais como arborização, recantos de lazer, formação e administração de viveiros de plantas, preservação da vegetação natural, fomento ao reflorestamento, além de outros;~~

~~e) o fornecimento à Assessoria Jurídica dos elementos técnicos necessários para a elaboração de Decretos para a administração da faixa de domínio;~~

~~IX— administrar os equipamentos e veículos pesados, compreendendo:~~

~~a) a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e veículos pesados;~~

~~b) a administração da oficina de asfalto, de equipamentos e veículos e de postos e serviços de abastecimento;~~

~~c) a assistência técnica aos serviços realizados pela oficina das unidades regionais;~~

~~X— executar a medição e/ou custeio dos serviços executados por sua Diretoria;~~

~~XI— gerenciar e fiscalizar o controle físico/financeiro das obras de conservação e em execução;~~

~~XII— atender, mediante convênio, às solicitações de serviços e/ou obras de conservação e manutenção de âmbito municipal;~~

~~XIII— coordenar e fiscalizar os serviços executados pelas equipes de balsas;~~

~~XIV— desempenhar outras atividades compatíveis com a sua posição e as determinadas pelo Presidente.~~

TÍTULO V

DISPOSIÇÃO GERAL E FINAL

~~Art. 37. Serão fixadas em Regimento Interno, pelo Presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras, as competências e as atribuições dos dirigentes das unidades administrativas complementares integrantes da estrutura organizacional, após apreciação técnica da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, conforme o disposto no art. 20 da Lei nº 13.456 , de 16 de abril de 1999, com a nova redação dada pelo inciso III do art. 3º da Lei nº 14.383 , de 31 de dezembro de 2002.~~

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 30-9-2003.

Autor	Deputado Bruno Peixoto
Legislações Relacionadas	Lei Ordinária Nº 5.923 / 1965 Decreto Numerado Nº 5.201 / 2000 Lei Ordinária Nº 13.550 / 1999 Decreto Numerado Nº 6.461 / 2006 Lei Ordinária Nº 14.383 / 2002
Órgãos Relacionados	Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA Poder Executivo Secretaria de Estado da Administração - SEAD
Categorias	Transporte público Regulamentos e estatutos